

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 535 - Brasília, quarta-feira, 3 de setembro de 1997

## Encontro ajusta horários de comissões e exame da lei eleitoral

O plenário do Senado deverá votar o projeto da lei eleitoral até o dia 18 próximo, previu ontem o líder do governo no

Congresso, senador José Roberto Arruda, ao final de uma reunião entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, as lideranças partidárias e os presidentes das comissões.

Arruda observou que a tendência observada na Casa é pela introdução de mudanças no texto aprovado pela Câmara. A reunião (foto) serviu também para ajustar o horário das comissões. **Página 4**



## CAS reúne mutuários, empregados e credores da Encol em busca de solução

*Representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal rejeitam fórmula que transfere administração da construtora em crise para trabalhadores e compradores de imóveis*

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu ontem mutuários, empregados, credores e parlamentares para um debate em busca de solução para a crise da Encol. Os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, Paulo César Ximenes e Sérgio Cutolo, rejeitaram a proposta de administração e

incorporação da construtora pelos mutuários prejudicados e empregados que não recebem salários da empresa há meses. A reunião, iniciada às 17h30 e encerrada às 21h, foi presidida pelo senador Ademir Andrade. Participaram diversos outros senadores. **Página 5**

Entre representantes de credores, mutuários e empregados da Encol, Ademir preside a reunião



## Senado investiga incentivos

Senadores irão aos estados para promover levantamento das principais modalidades de incentivos concedidos a empresas. A decisão foi tomada ontem pela subcomissão da CAE que examina a política de concessão de benefícios, chamada de "guerra fiscal". **Pág. 3**

*Autorização de empréstimo também concedida permitirá a ampliação das linhas do metrô do Rio de Janeiro*

## Aprovada a rolagem da dívida da prefeitura de SP

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando a prefeitura de São Paulo a emitir letras financeiras do município para rolagem de 98% da sua dívida que vence neste segundo semestre, de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões. A matéria teve como relator o senador Gilberto Miranda (PFL-AM).

Ao encaminhar a votação, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, afirmou que venceram segunda-feira os primeiros 77,4 mil títulos, os quais "foram resgatados pela prefeitura". Assim, na sua opinião, o Senado estava autorizando um endividamento equivalente, "o que é inconstitucional". Conforme Dutra, o plenário deveria ter retirado da resolução aprovada ontem a parte referente aos 77,4 mil títulos.

O líder oposicionista assinou ainda que a prefeitura de São Paulo teve sua dívida mobiliária aumentada nos últimos tempos em 198,3%, quando o



Plenário votou quatro resoluções, três delas referentes ao Rio de Janeiro

crescimento médio dos estados e municípios ficou em 143%. José Eduardo Dutra disse ainda que, além do crescimento da dívida acima da média do país, nos últimos meses a prefeitura paulistana passou a recorrer a operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO) junto ao governo federal.

Os senadores aprovaram ainda três resoluções que autorizam o governo do Rio de Janeiro a elevar temporariamente seus limites de endividamen-

to para tomar dois empréstimos junto ao BNDES, destinados à ampliação do metrô, e para rolagem da dívida mobiliária estadual com vencimentos previstos para o terceiro quadrimestre deste ano.

Os dois empréstimos para o metrô somam R\$ 216,9 milhões. Ao encaminhar a votação, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) destacou a necessidade de "terminar as obras do metrô" carioca, mas advertiu para "o constante endividamento" do estado do Rio.

## Intermediação de verba pública volta a ser examinada

O plenário do Senado discute hoje, em turno suplementar, projeto de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que proíbe órgãos públicos de contratar serviços de intermediação ou "assessoramento" com vistas à liberação de verbas públicas. A proposta veda a intermediação, igualmente, quando o órgão público tenta obter empréstimos junto a estabelecimentos de crédito controlados por pessoas jurídicas de

direito público.

Pela medida, a contratação desses serviços constitui crime de responsabilidade — quando feita por determinação do presidente da República, de ministro de Estado, governador, prefeito ou secretário — com pena de perda do cargo e inabilitação, por cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, sem prejuízo da reparação civil ao patrimônio público.

## Partidos discutem o seu papel no Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul promove hoje, às 14h30, um encontro dos partidos que apoiam o governo brasileiro com o Partido Justicialista da Argentina. Na ocasião, será abordado o tema "Papel dos partidos políticos na consolidação e aprofundamento do Mercosul".

A abertura dos trabalhos será feita pelo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). A comissão, que é presidida pelo deputado Paulo Bornhausen, contará com a presença do secretário-geral do partido argentino, senador Eduardo Bauza.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Presidência Solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o presidente da República do Líbano, Elias Hraoui

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO CONGRESSO NACIONAL

#### 11h - Sessão Solene

Pauta: Homenagear o presidente da República do Líbano, Elias Hraoui

Oradores: Pelo Senado Federal: senador Ramez Tebet. Pela Câmara dos Deputados: deputado Ricardo Izar. *Plenário do Senado Federal*

#### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno suplementar do "Substitutivo ao PLS nº 157/96 - Complementar, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que mencionam".

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Emendas de plenário oferecidas à PEC nº 33/96, que trata da Previdência Social (discussão e votação). *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 64/97 (terminativo), que altera o art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação"; "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos"; "PLS nº 74/97 (terminativo), que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional"; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

14h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul  
Pauta: Encontro dos partidos que apoiam o governo brasileiro com o Partido Justicialista da Argentina quando será abordado o tema do "Papel dos partidos políticos na consolidação e aprofundamento do Mercosul". *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

17h - Comissão Parlamentar Externa sobre o Fenômeno "El Niño"

Pauta: Continuação da audiência pública que contará com a presença de representantes de vários órgãos, entre eles os dos ministérios da Ciência e Tecnologia, Carlos Afonso Nobre; da Agricultura e Abastecimento, Jerônimo Heleno Coelho; do Planejamento e Orçamento, Fernando Catão; representantes dos governos dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Senadores viajarão aos estados para conhecer legislação e procedimentos adotados em benefício de empresas privadas

## Senado começa a investigar concessão de incentivos fiscais

A subcomissão da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) destinada a examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais aprovou ontem o plano de trabalho apresentado pelo seu relator, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC). A reunião foi presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), vice-presidente da subcomissão.

Pelo roteiro aprovado, a subcomissão fará um levantamento da legislação federal e estadual relativa à concessão de incentivos para instalação de empresas no país e dos procedimentos administrativos necessários à sua aprovação pelos governos estaduais.

Serão realizadas ainda audiências públicas para discussão da questão junto a órgãos e entidades federais e estaduais, como o Confaz, que aprova a concessão de incentivos, a Confederação Nacional da Indústria, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e secretarias de Fazenda, entre outros.

A subcomissão fará ainda um levantamento, por estado,



Kleinübing é o relator da comissão

das principais modalidades de incentivos e dos termos específicos das concessões em vigor. Para fazer o estudo, os senadores viajarão, em grupos: à região Sul, deverão ir Vilson Kleinübing e Osmar Dias; à Sudeste, Esperidião Amin (PPB-SC) e Francelino Pereira (PFL-MG); à Norte, Bello Parga (PFL-MA) e Coutinho Jorge (PSDB-PA); à Nordeste, Waldeck Ornelas (PFL-BA), Fernando Bezerra (PMDB-RN) e José Eduardo Dutra (PT-SE); à Centro-Oeste, Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Na reunião, alguns senadores fizeram sugestões ao rela-



Osmar Dias presidiu a reunião

tório, todas elas aceitas pelo relator. Bello Parga propôs que, antes das viagens aos estados, seja feito um levantamento com os governadores estaduais sobre a situação atual de concessão de incentivos. Osmar Dias ponderou que seria conveniente convidar alguns governadores para exporem na subcomissão.

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou proposta de enviar um ofício com as mesmas solicitações de informações a todos os governadores e presidentes de assembleias legislativas. Carlos Bezerra sugeriu que seja realizado um estudo em outros países a respeito da questão de incentivos fiscais.

## CCJ continua hoje votação da reforma da Previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) continua a votar hoje as emendas apresentadas em plenário ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) sobre a reforma da Previdência. Até o final da tarde de ontem, a comissão havia recebido dez pedidos de destaque para votação em separado de emendas.

A votação deverá ser iniciada com a apreciação das regras que irão vigorar para os magistrados. Na última reunião, o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pediu destaque para rejeitar quatro emendas de plenário segundo as quais a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes obedecerão às normas previstas para os demais servidores públicos civis apenas "no que couber".

Ainda na reunião da quarta-feira passada, a CCJ votou apenas uma emenda de plenário, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que permite aos servidores públicos aposentados acumu-



Beni é o relator da proposta

lar os proventos de aposentadoria com a remuneração de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. A proposta foi aceita com uma ressalva apresentada pelo relator - a de que será respeitado, no caso, o teto salarial fixado para o funcionalismo.

Depois de ser apreciada pela CCJ, a reforma da Previdência terá que ser votada em dois turnos pelo plenário do Senado e, se aprovada com alterações, retornará ao exame da Câmara.

## Odacir aplaude medidas adotadas por Rondônia

O senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que o estado de Rondônia, após aderir ao programa de ajuste fiscal e saneamento financeiro do Conselho Monetário Nacional e sofrer monitoramento da Secretaria do Tesouro Nacional, vai restabelecer o equilíbrio de suas finanças. Ele destacou que o pagamento dos servidores deverá estar em dia até o final do ano e, considerando a

"visível recuperação financeira" do estado, defendeu a concessão de aumento salarial em 1998.

- O servidor é um parceiro indispensável e precisa estar remunerado decente e regularmente - disse, ao lembrar que o governo estadual já optou por estender a todos os servidores ganhos de produtividade que beneficiavam algumas minorias.

## Presidente do Líbano será homenageado

O Congresso Nacional, presidido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, realiza hoje, às 11h, no plenário do Senado, sessão solene em homenagem ao presidente da Repu-

blica do Líbano, Elias Hraoui. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) falará em nome do Senado Federal e, pela Câmara, o deputado Ricardo Izar.

## Plenário aprova novos diretores do BC

Os nomes de dois novos diretores do Banco Central foram aprovados ontem pelo plenário. Demosthenes Maturéia Pinho Neto será diretor de Assuntos Internacionais, ocupando o lugar de Gustavo Franco, novo presidente do BC. Economista formado pela PUC-Rio e mestre pela Universidade da Califórnia (Berkeley), Pinho Neto integrou a equipe do ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e, desde 96, trabalhava no Unibanco. Ele recebeu dos senadores 52 votos favoráveis e dois contra, com três abstenções.

O outro diretor aprovado é Sérgio Darcy da Silva Alves, que ocupará a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro.

Especialista em mercado de capitais, Alves é economista de carreira do Banco Central, tendo ocupado nos últimos anos a função de coordenador do Departamento de Mercado de Capitais e de chefe do Departamento de Normas. Na votação de seu nome, foram registrados 56 votos favoráveis dos senadores e dois contra, havendo três abstenções.

Durante a discussão dos nomes dos diretores, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ainda não cumpriu a promessa feita durante debate no plenário, em 11 de junho último, de enviar ao Senado explicações detalhadas da negociação de transferência do Bamerindus para o HSBC. Lembrou que Gustavo Franco, quando sa-

batinado recentemente pela CAE, então indicado pelo presidente da República para o cargo de presidente do Banco Central, não respondeu a várias perguntas sobre o Bamerindus.

No entanto, informou Suplicy, Gustavo Franco publicou no último final de semana artigo em dois jornais, sob o título "Bamerindus, quanto custou?", em que ele confirma matéria da revista *Veja*, segundo a qual o HSBC acabou por não pagar pelo Bamerindus. Para Suplicy, "o Senado precisa ser informado com melhor precisão" sobre as negociações e ponderou que o ministro Pedro Malan não pode ignorar as perguntas do Senado sobre o HSBC/Bamerindus.

Reunião entre o presidente do Senado, líderes partidários e presidentes de comissões define calendário para a apreciação da matéria. Líder do governo crê em mudanças

# Arruda prevê votação da lei eleitoral até dia 18

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), informou que na reunião realizada na manhã de ontem entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, líderes partidários e parlamentares que presidem comissões permanentes da Casa ficou acertado que o projeto da nova lei eleitoral será votado pelo plenário até o dia 18.

Conforme o senador, a tendência observada na Casa é pela introdução de mudanças no texto aprovado pelos deputados. Ele disse que o calendário aprovado permitirá a apreciação pela Câmara das mudanças decididas pelos senadores, "sem risco de comprometer a data-limite de 3 de outubro, que o Congresso tem para deliberar sobre a matéria".



Arruda: calendário fixado

José Roberto Arruda confirmou que a relatoria do projeto, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) - que terá prazo até o dia 11 para concluir o exame da matéria -, caberá a um senador do PSDB. Ele antecipou posição pessoal em favor da escolha do líder da bancada na Casa, senador Sérgio

Machado (CE), para ser o relator. Arruda lembrou o trabalho do senador pelo Ceará como relator da comissão especial da Casa que estuda a reforma político-partidária.

Com relação a possíveis mudanças no texto aprovado pela Câmara, Arruda manifestou seu apoio a propostas que vetam o uso de dinheiro público para o financiamento de campanhas eleitorais, bem como à distinção entre votos brancos e votos nulos para efeitos de contagem e formação do quociente eleitoral, ambos os pontos em oposição às deliberações dos deputados.

O senador José Serra (PSDB-SP) também criticou esses pontos da lei eleitoral aprovada pela Câmara dos Deputados, e previu sua reformulação pelo Senado.

## Comissões ajustam horários

A reunião de ontem entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os líderes partidários e os parlamentares que presidem comissões permanentes da Casa também deliberou sobre alterações nos calendários de reunião desses órgãos, a fim de compatibilizar a necessidade de participação dos senadores

e evitar a superposição de atividades.

De acordo com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, ficou acertado o calendário de reuniões, pela manhã, das três comissões permanentes que concentram mais parlamentares: às terças, Relações Exteriores e Defesa Nacio-

nal; às quartas, Constituição, Justiça e Cidadania; às quintas, Assuntos Econômicos. As demais - Assuntos Sociais, Serviços de Infra-Estrutura, Educação e Fiscalização e Controle - deverão ajustar suas atividades nesses dias, de modo a que não haja mais que duas comissões reunidas em cada período.

## ACM quer campanhas sem dinheiro público

O senador Antonio Carlos Magalhães previu que o projeto da nova lei eleitoral, que chegou ontem ao Senado, deverá sofrer mudanças durante sua tramitação na Casa. Com o objetivo de agilizar a apreciação da matéria, o presidente do Senado se reuniu pela manhã com os líderes partidários para estabelecer um calendário de tramitação que permita o reexame da matéria pela Câmara dos Deputados.

Um dos principais pontos que Antonio Carlos Magalhães promete combater no projeto é o que se relaciona ao emprego de dinheiro público no financiamento das campanhas eleitorais. "O uso de dinheiro público para financiar farras eleitorais é um verdadeiro crime", disse o senador.

Certo de que o projeto sofrerá alterações, o presidente do Senado considerou "irrelevante" a proibição, no texto aprovado pelos deputados, da presença de chefes de executivo (municipal, estadual ou federal) em festas de inaugurações de obras públicas durante a campanha eleitoral.



ACM lutará por alterações

Na opinião de Antonio Carlos Magalhães, isso não se justifica, pois, a seu ver, nada impediria que o governante recebesse a mesma homenagem dias após a inauguração, quando fosse "visitar" a obra dentro de uma agenda de atividades administrativas.

A proposta de excluir os votos brancos da contagem eleitoral foi considerada pelo senador como "um exercício antidemocrático contra os partidos que liderarem o pleito". Ele é contra a equiparação dos votos brancos aos nulos e sua exclusão da contagem, como deliberado pelos deputados.

## CORAL E CUMPRIMENTOS NO ANIVERSÁRIO DE ANTONIO CARLOS



Uma apresentação do Coral do Senado (foto) e a presença de todos os diretores da Casa para cumprimentá-lo fizeram com que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, interrompesse sua agenda de trabalho no final da manhã de ontem e agradecesse, emocionado, as homenagens que recebeu pelo seu aniversário, que se comemora amanhã.

Ao lado dos senadores Elcio Alvares (PFL-ES), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Beni Veras (PSDB-CE), o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, falou em nome de todos os servidores da Casa para desejar saúde e sucesso a Antonio Carlos, que agradeceu enaltecendo a qualidade do Coral do Senado e o estímulo renovado que sentia para continuar trabalhando pela grandeza da instituição e sua projeção na sociedade brasileira.

Debate na comissão reúne representantes dos compradores de imóveis, dos trabalhadores e dos bancos oficiais em busca de uma saída para o problema

# CAS pede empenho em solução para Encol

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Ademir Andrade (PSB-PA), pediu ontem determinação dos parlamentares para que haja maior interesse do governo federal no sentido de se encontrar uma solução para a crise da Encol, que atinge cerca de 42 mil famílias, além de 12 mil empregados que não recebem salários há meses.

O Congresso já se manifestou sobre o assunto com mais de 20 discursos. Por isso, a CAS busca reunir mutuários, empregados, credores e parlamentares para um debate visando a uma saída para o caso - disse o senador durante audiência pública na noite de ontem, reunindo os presidentes do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, e da Caixa Econômica Federal (CEF), Sérgio Cutolo, um representante dos mutuários e outro dos empregados.

para o Tesouro.

Representantes dos mutuários e empregados da Encol, Charles Belchier e Fábio Natal apelaram no sentido de que a proposta por eles apresentada seja aperfeiçoada por todos os envolvidos, já que esbarriaria em aspectos que somente o Judiciário pode resolver.

O presidente da CEF pediu um prazo de cerca de 15 dias para uma nova análise da proposta, mas manteve sua posição de que o caso Encol só tem uma saída: a falência. Cutolo lembrou que, fora os empreendimentos lançados e não cumpridos, a Encol já tinha um antigo "rombo interno", que, no caso de uma interferência financeira da União, geraria maior prejuízo ao governo.

- O governo não trabalha

*Ao dizer que o governo não trabalha com "esse tipo de financiamento", Cutolo ouviu vários senadores citarem o Proer*

mais esse tipo de financiamento - assinalou o Cutolo, sob o protesto de vários senadores, como Emília Fernandes (PDT-RS), para quem a solução para a Encol poderia ser nos mesmos moldes do Proer.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apontou "convivência" do Banco do Brasil com os financiamentos feitos anteriormente à Encol, e lembrou que um técnico designado pelas instituições credoras da construtora, entre elas o BB e a CEF, não concluiu até hoje a auditoria na empresa.

## Mudanças no FGTS estão na pauta da reunião de hoje

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 10h, para uma agenda que inclui o projeto do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) alterando a lei que dispõe sobre o FGTS, para permitir o pagamento de mensalidades de curso universitário de graduação. A matéria tramita em caráter terminativo. Figuras ainda na

pauta projeto do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional; e o do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários como segurados no regime geral da Previdência Social.



Senadores ouviram dos presidentes do BB e da CEF que o governo não assume a empresa quebrada

## Comissão do *El Niño* ouve hoje técnicos do Nordeste

A Comissão Parlamentar Externa do Senado que busca levantar medidas preventivas capazes de proteger as populações e as economias das regiões sujeitas aos possíveis efeitos do fenômeno climático *El Niño* encerra hoje a fase de audiências, ouvindo representantes de diversos segmentos da região Nordeste. A informação foi dada pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator da comissão, acrescentando que em seguida trabalhará na elaboração do relatório final.

Presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), a comissão ouviu ontem autoridades e especialistas ligados ao sistema de defesa civil de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A ausência

do Paraná, segundo Requião, mostra que o governo daquele estado "não está preocupado com o problema".

Participaram dos debates o ministro Fernando Catão, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, e também responsável pela defesa civil nacional; Moacir Antônio Berlatto, professor de meteorologia aplicada à agricultura da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Humberto Depizzolatti, diretor estadual de Defesa Civil de Santa Catarina; José Correia de Negreiros e Orlando Frederico Roskamp, das defesas civis de Blumenau e de Joinville, respectivamente, além de Hamilton Justino Vieira, da Empresa Agropecuária Epagri (SC).

Na opinião do senador Es-

peridião Amin (PPB-SC), "os expositores trouxeram subsídios valiosos para os trabalhos da comissão, que já dispõe de um conjunto de informações importantíssimas sobre a região mais afetada pelos efeitos do *El Niño*".

- A defesa civil nacional deve atentar para a defesa civil estadual para saber quais os pontos críticos de cada região. Fazer um levantamento sobre a relação custo/benefício e priorizar suas intervenções como medida preventiva. O cadastramento sobre as áreas com risco de inundações deve fazer parte das preocupações do governo federal - acrescentou.

Interpelado por Roberto Requião, o assessor do ministro Fernando Catão e especialista em meteorologia Antônio Luiz Coimbra de Castro disse que o Brasil vive o que ele mesmo classificou como "a crise dos quatro anos". Castro, que foi o responsável pela elaboração do "Plano de Redução dos Efeitos das Enxurradas Provocados por *El Niño*", explicou que essa crise acontece de quatro em quatro anos, com a mudança de prefeitos e governadores. E alertou que "os quadros da defesa civil devem ser permanentes".



Waldeck já pensa no relatório



Requião preside a comissão

Plenário aprova requerimento que inclui o envio de condolências à família da princesa e ao governo britânico

## Senado manifesta pesar pela morte de Lady Di

O plenário do Senado aprovou ontem a inscrição, nos Anais da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da princesa Diana Charles Spencer - "Lady Di" - e o envio de condolências

à família e ao governo britânico, via Ministério das Relações Exteriores.

O requerimento aprovado foi de iniciativa dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), Josaphat Marinho (PFL-

BA) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na presidência da sessão, o senador Antonio Carlos Magalhães associou-se às manifestações de pesar pela morte trágica de Diana Spencer.

## Benedita alerta para os limites éticos da imprensa

Ao homenagear a princesa Diana, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que sua morte deixou uma discussão sobre os limites éticos da imprensa. A senadora pediu que a nova lei de imprensa responsabilize tanto o veículo de comunicação como o profissional quando atentarem contra a honra e a integridade física e moral das pessoas. "Não é a censura da imprensa que desejamos, é um novo perfil: mais ético, mais responsável, mais verdadeiro."

Benedita alertou para o "insuportável assédio da imprensa e a rudeza dos paparazzi", fotografos *freelancer* que vendem aos jor-



Benedita: rudeza de fotógrafos

nais fotografias de personalidades e que perseguiam a princesa no momento de sua morte. Na sua opinião, também no Brasil há setores da imprensa que "trabalham com detur-

pações da realidade e com desonestidade de recursos para fazer notícia".

Reconhecendo que "toda e qualquer argumentação não vai devolver as vidas daquelas pessoas", Benedita enfatizou a importância de apuração do acidente para "que não se reduza o episódio apenas ao fato, mas também às causas e aos efeitos".

Benedita destacou ainda as obras assistenciais da princesa de Gales. "Com suas atividades humanitárias, realizou vários eventos sociais arrecadando milhões de dólares para doações a entidades assistenciais", lembrou.

## Freire: promoção do turismo exige política para aviação

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que, sem uma intervenção imediata do setor público no sentido de tornar a aviação comercial brasileira competitiva e condizente com o crescimento do tráfego aéreo no país, continuará a haver fuga de turistas e divisas, além de baixo aproveitamento do turismo estrangeiro.

Ele entende que a questão central do baixo rendimento da indústria turística brasileira está na prática cartelizada de tarifas e na reserva de mercado, explicáveis tão somente "pela resistência dos operadores da aviação à

descartelização da economia e à promoção da concorrência".

Além de defender uma intervenção do setor público na prática de "preços combinados" e de reserva de mercado pela aviação comercial, Roberto Freire registrou a necessidade de forjar parcerias entre os governos e a iniciativa privada.

São parcerias desse tipo que, segundo o senador, poderão dotar o Nordeste, por exemplo, de aeroportos, rodovias, energia, telefonia e equipamentos comerciais e urbanos, infraestrutura sem a qual o turismo não tem como se consolidar.

- É verdade que a região tem



Freire: "preços combinados"

recebido um fluxo crescente de turistas estrangeiros e registrado taxas de ocupação na rede hoteleira a médias superiores às nacionais, mas tal realidade está muito aquém de nosso potencial - garantiu.

Para Emília, profissionais devem refletir sobre princípios



## Emília defende educação no trânsito e respeito às pessoas

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) defendeu ontem o estabelecimento de uma política de educação no trânsito, como forma de "evitar tragédias que ceifam vidas, causando dor e sofrimento". Ao lembrar o acidente que tirou a vida da princesa Diana, enfatizou que a alta velocidade, a direção perigosa e, possivelmente, a ingestão de álcool por parte do motorista são fatores que poderiam ter sido evitados.

- Esse terrível acontecimento nos leva ao debate sobre a importância do cumprimento às leis de trânsito, da adoção de inibidores de velocidade e de medidas mais severas, tanto para motoristas como para pedestres - enfatizou.

Emília também discutiu a parcela de responsabilidade da imprensa sensacionalista na morte da princesa de Gales. A senadora questionou os aspectos éticos e humanos desse trabalho, "fundamentado no escândalo, no desrespeito às pessoas e no lucro".

Na sua opinião, além do exemplo de determinação, solidariedade, espírito humanitário e apoio a causas sociais deixado por Diana, essa tragédia servirá para que profissionais de imprensa reflitam sobre os "verdadeiros princípios e objetivos que devem mover a ação do dia-a-dia de cada um".

Em aparte, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que a "princesa do povo" não merecia ter sido perseguida como foi e propôs uma reflexão sobre o exercício profissional da imprensa e o direito à privacidade.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também pediu a palavra e fez considerações a respeito das precauções que os órgãos de imprensa devem ter ao lidar com os direitos individuais do cidadão. Em apoio a Emília, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a humildade de Diana que, a seu ver, levou o poder para o povo.

## Acidente com deputado repercute no plenário

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento dos senadores Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, e Geraldo Melo (PSDB-RN) pedindo a inclusão em ata de voto de pesar pela morte do deputado Robson Romero. Serão também enviadas condolências à família e ao governo do Rio de Janeiro.

Após a aprovação do requerimento, foi suspensa, às 16h14, a sessão do plenário do Senado, como é praxe em casos de morte de parlamentares federais. Romero, que morreu ontem em acidente de carro, no Rio, havia assumido a vaga aberta com a morte do deputado Eduardo Mascarenhas.

*Ao lembrar parte do processo contra o líder do MST, o senador enfatizou as diferenças marcantes entre a descrição de testemunha e o réu*

## Suplicy espera isenção no pedido de Rainha à Justiça

"A mais isenta possível." Assim o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) espera que seja a decisão que o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo venha a tomar sobre o pedido de desaforamento (transferência de comarca) do julgamento de José Rainha Júnior, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), do município de Pedro Canário para Vitória.

Suplicy resumiu os fatos referentes ao processo, lembrando que no dia 5 de junho de 1989 o fazendeiro José Machado Neto e o policial militar Sérgio Narciso foram até a fazenda Ypuera, propriedade improdutiva e ocupada por trabalhadores rurais sem-terra. Houve tiroteio e, do conflito, resultou a morte do fazendeiro e do policial. No inquérito aberto, o motorista José Jorge Guimarães testemunhou ter visto José Rainha no local, no dia do crime.

Conforme Suplicy, José Jorge Guimarães descreveu José Rainha como uma pessoa de pele clara, estatura mediana e rosto cheio, quando o líder mede 1,90m, é magro e tem cabelos pretos. Em seu discurso, Suplicy disse ainda que, embora Pedro Canário seja uma cidade de 25 mil habitantes, a lista dos jurados desse



Suplicy: Fernando Henrique não deseja a condenação de José Rainha Júnior

processo é composta apenas por pessoas da elite do município.

Ele salientou ter informações de que cinco dos jurados possuem ligações com a família do fazendeiro morto ou com proprietários rurais da região. Suplicy destacou a importância de se transferir o fórum da decisão para Vitória e argumentou: "É preciso condições para um julgamento o mais isento possível, e acho muito importante que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha dito que não deseja que Rainha seja condenado".

Na opinião de Suplicy, tudo indica que o presidente da República está informado das circunstâncias que envolvem esse processo e do fato de que o líder sem-terra estava no Ceará, e não no Espírito San-

to, quando ocorreu o crime. Ele requereu também à Mesa do Senado que, por ocasião do julgamento, seja designada uma comissão para acompanhá-lo. O próprio senador deseja integrar a comissão e antecipou seu entendimento de que "crime é não fazer a reforma agrária".

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que será muito ruim se a Justiça do Espírito Santo não conceder esse desaforamento, visto que "o Rainha não tem nada que ver com isso". Já Lauro Campos (PT-DF) disse que esse episódio é emblemático sobre o que acontece com a Justiça no Brasil, e lembrou que mais de 1.500 trabalhadores sem-terra foram assassinados na última década.

## Tebet faz palestra sobre futuro de Mato Grosso do Sul

Palestra sobre "As perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul" será feita, em Campo Grande (MS), pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), às 19h de hoje, no Hotel Jandaia.

O evento faz parte de um encontro promovido pela Petróbrás Distribuidora com o

objetivo de reunir representantes de grupos empresariais ligados ao ramo de distribuição, transportes e consumo de derivados de petróleo, interessados em investir no estado. Na oportunidade será discutida, ainda, a implantação do gasoduto Brasil-Bolívia, que atravessa todo o território de Mato Grosso do Sul.



Tebet: desenvolvimento em pauta



Boaventura: palavra de Deus

## Boaventura quer mudar projeto que inibe pregação

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso a retirada do Projeto de Lei 1.164/91, de iniciativa do Executivo e já aprovado pelo Senado, que tipifica como crime contra o meio ambiente a poluição sonora que desprezite normas sobre emissão de ruídos e vibrações resultantes de quaisquer atividades, com penas de detenção variando de três meses a um ano.

Ele esclareceu que objetiva "garantir uma nova redação ao projeto", que retornou à Câmara dos Deputados. O senador disse ser "incompreensível que, em nome da indispensável proteção ao meio ambiente, façamos leis que inibam a livre circulação da palavra de Deus".

## Grupo de Manaus mostra bumba-meu-boi campeão

Integrando o programa *Quintas Culturais*, o grupo "Elettrizante de Manaus" estará se apresentando na Biblioteca do Senado Federal amanhã, às 18h. O grupo, considerado como a melhor banda de bumba-meu-boi do último Festival de Parintins, no Amazonas, é integrado pelo "puxador de tocada" Rainier de Carvalho, quatro índios e um pajé.

O evento faz parte das comemorações relativas aos 25 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, que será homenageada, no mesmo dia, pelo plenário do Senado, durante a Hora do Expediente.



Simon: governo não foi ressarcido

## Simon: RS é credor de despesas com ex-estatais

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto com o objetivo de criar uma comissão especial para avaliar as participações financeiras do Rio Grande do Sul na implantação de empresas privadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, bem como as antecipações de recursos por parte do governo estadual para realização de obras de responsabilidade da União.

O projeto autoriza o Executivo a constituir comissão para avaliar, "quantitativamente, para fins de ressarcimento aos cofres do Rio Grande do Sul", o seguinte: participações financeiras do estado na implantação do Pólo Petroquímico do Sul e da Aços Finos Piratini; e antecipação de recursos na pavimentação de rodovias federais e na aquisição de terras para reforma agrária.

Em sua justificativa ele diz que, com o advento do Programa Nacional de Desestatização, o Pólo Petroquímico do Sul e a Aços Finos Piratini foram transferidos para mãos privadas, sem que o estado fosse ressarcido na proporção dos recursos alocados na sua implantação.

Iguais desfechos tiveram a antecipação de recursos pelo governo gaúcho para implantação de estradas federais e aquisição de terras para reforma agrária - explica o senador.

Conforme Simon, a participação do Rio Grande do Sul na instalação do Pólo Petroquímico consistiu num aporte em torno de 250 milhões de dólares só para obras de infra-estrutura e de proteção ambiental.

Convidado para a reunião de hoje do Conselho Nacional de Saúde, senador adianta que o Executivo não fez coisa alguma para fiscalizar as empresas que ludibriam seus associados

## Alcântara cobra ação sobre planos de saúde

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou sua expectativa de que a reunião do Conselho Nacional de Saúde possa determinar hoje o rumo da regulamentação dos planos de saúde. O governo federal deveria, na sua opinião, patrocinar uma solução "justa e razoável, já que a insatisfação com os atuais planos de saúde tem aumentado muito nos últimos meses".

Convidado a participar da reunião por ser autor de três projetos sobre o assunto, Alcântara considera que o Ex-

ecutivo não apresentou qualquer projeto para resolver a falta de fiscalização nos planos de saúde. "Então, seria oportuno que o governo mobilizasse sua maioria no Congresso para aprovar um projeto de lei que re-presente o consenso", frisou o senador, que é contra a edição de medida provisória para tratar do assunto.

- Não queremos a falência das empresas que vendem os planos de saúde, mas não podemos concordar que, na busca pelo lucro, os usuários sejam enganados - salientou.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) ponderou que o governo deveria fiscalizar mais as empresas que lidam com economia popular, como consórcios e títulos de capitalização. Lauro lembrou o caso do *Papandu*, que "deveria ser uma empresa de capitalização, mas, ao invés de manter reservas para pagar os compradores das cartelas, gastou todo o dinheiro". Em relação a consórcios, o senador disse que ele próprio já foi prejudicado pela falência de uma empresa do ramo.



Alcântara: autor de três propostas

Hollanda: Escola de Recife

### Hollanda exalta curso de Direito como escola da democracia

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) destacou a importância da Faculdade de Direito do Recife, ao lembrar a criação no país, há 170 anos, dos Cursos Jurídicos, dos quais surgiram as tradicionais escolas de Direito que deram origem à "vocaçãõ constitucional do povo brasileiro".

De acordo com o senador, nasceu daquela faculdade de Direito um movimento de "efervescência cultural" chamado Escola de Recife, que teve como participantes Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Tobias Barreto, Pontes de Miranda, Assis Chateaubriand e outros. Hoje denominada Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco, a faculdade, segundo Hollanda, deu lugar "não só a profundas e abrangentes especulações no estudo do Direito, como a reflexões filosóficas de alto nível e ousados vãos de criação literária".

- É a essa vitalidade ao mesmo tempo histórica e cultural que muito devemos o êxito da inteligência, dentro e fora do país. Dessa fortaleza e catedral ecumênica de idéias, como a denomina um de seus mestres luminares, Luiz Pinto Ferreira, surgiram as sementes libertárias da democracia, fortalecida por um consciente e erudito hímus humanista.

## Projeto de Maldaner assegura autonomia a conselhos profissionais

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem projeto de lei disciplinando a instituição dos conselhos de fiscalização profissional, para assegurar maior autonomia financeira para esses órgãos.

Depois de lembrar que os conselhos não subsistem à custa de dotações orçamentárias, ele defendeu a ausência de qualquer controle orçamentário e contábil do poder público no que diz respeito à cobrança de anuidades e taxas correspondentes aos atos e serviços prestados por essas entidades.

- Nos dias atuais não fazem mais sentido as limitações ou vinculações das receitas de entidades de representação profissional a qualquer órgão integrante da administração pública - enfatizou.

Segundo Maldaner, os conselhos se converteram em uma das mais democráticas, legítimas e funcionais instâncias intermediadoras entre o Estado e as diferentes especializações profissionais. O senador considera a



Maldaner: conselhos mais independentes

lei federal que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia da OAB um marco neste novo contexto de transformações que vive o país, porque, para ele, o projeto reflete o clima de reorganização administrativa e as exigências de menor interferência do Estado nos assuntos privados.

Ele destacou o artigo 4º do projeto de lei que confere aos conselhos de fiscalização profissional a regulamentação das questões concernentes ao exercício das atividades dos membros das respectivas categorias, "zelando pelo prestígio, pela ética, pelo decoro e pela disciplina, buscando atender aos objetivos da lei e à função social das profissões".

## "Conselho de Idosos" de Valmir já foi para a Câmara dos Deputados

O projeto de lei de autoria do senador Valmir Campelo (PTB-DF) que determina a criação de um conselho de idosos em todos os municípios brasileiros já está na Câmara dos Deputados. A proposição foi aprovada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, e não houve recursos para votação da matéria pelo plenário da Casa.

Conforme o projeto, os conselhos serão integrados por representantes da sociedade civil com mais de 60 anos, que deverão ser ouvidos na tomada de decisões administrativas dos municípios. Prevê, também, a manutenção, pelo SUS, de serviços de atendimento geriátrico.

De acordo com Valmir Campelo, a sua proposição "possui diretrizes a serem adotadas pelas administrações municipais com vistas a promover o bem-estar da população idosa, sobretudo a carente e rural". A seu ver, os atuais programas de assistência ao idoso têm aspectos assistencialistas, sobre-



Valmir: parecer favorável de Jucá na CAS

tudo no que concerne ao atendimento à saúde.

Para o senador, os idosos no Brasil permanecem à margem das atividades políticas e culturais, "apesar dos esforços isolados como os programas da Igreja e do Sesc".

O relator do projeto, senador Romero Jucá (PFL-RR), lembrou, no parecer favorável, que a medida "faz parte das preocupações com a melhoria do tratamento às pessoas que, havendo já dedicado parte da vida à família e ao trabalho, estão à margem das decisões, apesar de ainda se sentirem aptas a contribuir".